

da direita à esquerda
Cultura e sociedade em Portugal,
dos anos 80 à actualidade
antónio araújo



SAÍDA DE EMERGÊNCIA
livros para fugir da rotina

ÍNDICE

Nota Introdutória.....	13
------------------------	----

PRIMEIRA PARTE — A CULTURA DE DIREITA EM

PORTUGAL, PERCURSOS CONTEMPORÂNEOS.....	17
--	-----------

1. O <i>Semanário</i> e a revista <i>Olá!</i>	19
2. O neoconservadorismo do gosto.....	22
3. MEC, o fenómeno.....	26
4. O <i>Independente</i> e a revista <i>Kapa</i>	29
5. Direita tradicional vs. direita pós-moderna.....	32
6. Internet, a fractura digital.....	40
7. A blogosfera, campo de batalha.....	43
8. A revisitação do imaginário salazarista.....	45
9. Memórias ultramarinas.....	46
10. A revista <i>Atlântico</i>	50
11. O jornal <i>Observador</i>	51
12. O empreendedorismo: doença infantil do capitalismo?.....	54
13. O <i>bricolage</i> religioso.....	59
14. Os lugares selectos: clubes de elite e o Chiado elegante.....	63
15. O «centro», entre Lisboa e Bruxelas.....	65

SEGUNDA PARTE — ESQUERDA E DIREITA,

AS CLIVAGENS POSSÍVEIS.....	71
------------------------------------	-----------

1. Crise e austeridade: sequelas culturais.....	73
2. Dos manifestos às microcausas.....	88
3. Cultura de consenso vs. cultura de conflito.....	95

4. Migrações e diversidade cultural.....	99
5. O debate sobre a gentrificação.....	103
6. A Educação: contra o «facilitismo».....	105
7. Apoio social e voluntariado.....	108
8. Luta de classes ou conflito geracional?.....	113

TERCEIRA PARTE — DIREITA E ESQUERDA,

AS CONVERGÊNCIAS INVISÍVEIS..... 121

1. A rejeição dos extremos.....	123
2. Esquerda/direita: afinidades ocultas.....	132
3. O circo mediático: jornais, blogues, televisões.....	139
4. Livros, livros, livros.....	141
5. O estado das artes.....	156
6. O intelectual público.....	158
7. A frivolidade, tudo menos frívola.....	167
8. <i>Lifestyle</i> : uma democratização aparente.....	173
9. Uma nova «sensibilidade».....	177
10. O apogeu do <i>twee</i>	182
11. A democratização da excepcionalidade.....	186
12. O eterno revivalismo.....	190
13. A fábrica da nostalgia.....	193
14. Culto do passado e teatralização da memória.....	196
15. Comemoracionismo e liturgias patrióticas, a «história fácil»...206	
16. Transformações da intimidade.....	209
17. A ideologia como expressão do eu.....	223
18. O risco de novas tribalizações.....	226
19. À procura do povo.....	229
20. Elites vs. povo, a grande clivagem.....	238
21. Pastoral portuguesa: através dos campos.....	243

Epílogo.....	249
--------------	-----

Notas.....	253
------------	-----

Índice Onomástico.....	375
------------------------	-----

À memória de Maria de Fátima Patriarca (1944–2016)

A vida é política.

CESARE PAVESE, *O Ofício de Viver* (1952)

[NOTA INTRODUTÓRIA]

Além de estúpido, caçar *Pokémons* é de esquerda ou de direita? A maioria das coisas que fazemos na vida não é enquadrável na dicotomia esquerda vs. direita — e ainda bem. Sem defender a tese do «fim da História» ou do «declínio das ideologias», este livro sustenta que as práticas, os hábitos e os consumos socioculturais da esquerda e da direita se encontram cada vez mais próximos, obedecendo a uma lógica de espectáculo que tudo absorve e corrompe. A grande clivagem que subsiste, isso sim, é a que divide elites e não elites, já que a maioria das controvérsias que emerge na esfera pública se situa, hoje como ontem, num âmbito elitista, urbano e sofisticado. O povo mantém-se sensatamente afastado dessas quezílias.

No entanto, como o debate se circunscreve às elites, estas tendem a encarar a cultura, e tudo quanto lhe está associado, numa perspectiva que é, ela própria, elitista, desprezando a importância cultural de tendências como a proliferação do *lifestyle* e do *trendy* ou olhando sobranceiramente para os jornais mais lidos, para os programas mais vistos nas televisões, para os *tops* de vendas das nossas livrarias. Assim, e se exceptuarmos um ou outro estudo académico sobre os consumos culturais de massas, o discurso das elites sobre a cultura é excessivamente autocentrado e redutor, deixando de lado fenómenos que, até pela sua expressão e pelo número dos seus seguidores, bem mereciam um olhar mais atento e menos preconceituoso.

Quanto ao mais, este livro não é um estudo académico exaustivo, nem pretende sê-lo. Resultou de uma conversa com o meu amigo João Pedro George, ficando desde o início estabelecido entre ambos que não iríamos escrever um texto denso e pesado, para um auditório restrito.

A ideia inicial, tal como nos foi proposta pela editora Saída de Emergência, consistia em escrever um livro a quatro mãos, com uma parte dedicada à cultura de esquerda e outra à cultura de direita, ficando eu encarregado desta. Para o efeito, deveria tão-só ampliar e actualizar o texto que em 2012 fora base de uma intervenção no colóquio «O estado das direitas na democracia portuguesa», organizado por Riccardo Marchi no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e publicado na obra colectiva *As Direitas na Democracia Portuguesa. Origens, percursos, mudanças e novos desafios* (Lisboa, Texto Editores, 2016).

Devido à prolixidade do autor, e à sua consabida confusão mental, o texto acabou por adquirir uma dimensão desmesurada e caótica, quase insana, extravasando em muito o seu propósito inicial, mas sem que isso dispense João Pedro George do compromisso solenemente assumido de, em breve, publicar um livro sobre a cultura de esquerda em Portugal.

Na Primeira Parte, procede-se a uma genealogia da cultura de direita portuguesa contemporânea, dos anos 80 aos nossos dias. Após uma breve incursão pelo *Semanário* e pela sua coluna social «Meia Desfeita», trilha-se o caminho iniciado pelo jornal *O Independente* e pela revista *Kapa*, nos alvares da direita liberal portuguesa (ou «liberal-conservadora», para alguns dos seus seguidores), indo até tempos mais recentes, os do *bricolage* religioso, da crença no empreendedorismo ou da progressiva instauração de um centro irradiador de poder e de influência, situado algures entre Lisboa e Bruxelas.

Depois, na Segunda Parte, exploram-se alguns pontos de clivagem que, pelo menos à superfície, continuam a dividir as culturas de esquerda e de direita em Portugal. Começando pelas sequelas culturais da crise económico-financeira e da austeridade, discutem-se tópicos como as migrações e a diversidade cultural, o apoio social e o papel do voluntariado, a vulgarização de manifestos e petições, a progressiva concentração dos debates em microcausas de curto alcance e desgaste rápido. Do que foi possível apurar, o grande dissídio continua a situar-se no facto de, em traços largos, a cultura de esquerda permanecer apegada a uma noção de conflito, ao passo que a sua congénere de direita prefere uma abordagem

mais consensual e compromissória da realidade. Observa-se, em todo o caso, que talvez este padrão esteja em vias de mudança, sendo ainda cedo para avançar prognósticos, sobretudo num tempo tão incerto e volátil.

Na terceira e última parte, apresenta-se a sociedade portuguesa como adversa à atracção dos extremismos, nela existindo diversas afinidades ocultas e pontos de confluência entre os dois grandes pólos ideológicos. Não houve especial preocupação em definir previamente conceitos como «cultura», «esquerda» ou «direita», pois, como já se disse, este livro não é sério. Pese a abundância das notas finais, das citações e das referências, optou-se por uma abordagem ensaística (ou nem isso...), em detrimento de uma aproximação académica que tornaria ainda mais evidentes as óbvias fragilidades de um trabalho que aguarda, suplicante, a piedosa complacência dos seus leitores.

[PRIMEIRA PARTE]

A cultura de direita em Portugal,
percursos contemporâneos

1. O *Semanário* e a revista *Olá!*

Em 1983 foi criado o jornal *Semanário* por Marcelo Rebelo de Sousa, Daniel Proença de Carvalho, José Miguel Júdice, João Lencastre, Victor Cunha Rego e João Amaral, entre outros.¹ Nos *outdoors* da campanha publicitária de lançamento, surgiam, o que é significativo, os rostos dos fundadores desse jornal (mais tarde, em 1988, *O Independente* usaria Winston Churchill nos seus *outdoors* promocionais, outro sinal de que Portugal mudara — e muito — desde os tempos do PREC²). O *Semanário* teria como repórter, que entrevistava em Paris figuras da grande direita europeia, sobretudo francesa (e não anglo-saxónica, note-se), um jovem chamado Paulo Sacadura Cabral Portas. Não era uma estreia: com uma notável precocidade, Paulo Portas já tinha trabalhado no jornal *A Tarde*, dirigido por Victor Cunha Rego, ao lado de personalidades como Vasco Pulido Valente, António Barreto, Manuel de Lucena ou Francisco Saarsfield Cabral. Mas regressemos ao *Semanário*. Além da política, num tempo em que o jornalismo económico era pouco desenvolvido — até por efeito colateral da incipiência da actividade privada nos principais sectores da economia —, o *Semanário*, na altura das privatizações e das famosas OPV (ofertas públicas de venda), desempenhou um papel muito importante na informação económica e na orientação dos compradores de acções.

Poder-se-ia falar ainda do papel que este jornal, sobretudo a sua coluna «Mão Invisível», também desempenhou — e lembremos que

coincide com o emergir do reaganismo e do thatcherismo — na difusão do pensamento económico liberal ou neoliberal de uma geração. De Jorge Braga de Macedo a Diogo Lucena, passando por António Borges ou pelos irmãos Pinto Barbosa, esta geração tinha ligações académicas aos Estados Unidos ou ao INSEAD de Fontainebleau e começou um processo de internacionalização universitária em rede que, até então, era relativamente inédito na academia portuguesa.

Mas, por muito descabido que pareça, o aspecto que aqui se pretende salientar foi o surgimento, crê-se que logo no primeiro número do *Semanário*, de uma rubrica intitulada «Meia Desfeita», uma coluna social com fotografias, originalmente a preto-e-branco, de festas ou eventos mundanos em discotecas que renasciam das cinzas, como o Van Gogo, de Cascais, ou o Stone's, de Lisboa, ou outras que viam a luz do dia — e sobretudo da noite — nessa época, como o Banana Power, criado em 1981 por um conjunto de sócios liderados por Manecas Moelek, boémio e empresário da vida nocturna que em 1975 partira para Angola e, depois, para o Brasil. Sendo uma discoteca com restaurante e clube privado de acesso restrito, o Bananas, como era vulgarmente conhecido, com senhas de entrada a 150\$00 para o comum dos mortais e cartão *gold* para os sócios, correspondia a um padrão cultural — e mental — que teria sido impensável no período revolucionário.³ A sua festa de inauguração foi, por assim dizer, o «Baile Patiño da democracia» ou o «25 de Novembro social» de certas elites e até de uma certa *Weltanschauung*, mais mundana e frívola. Assumir pública e abertamente, sem traumas nem complexos, a mundanidade e a frivolidade representava uma viragem muito sintomática relativamente aos tempos mais inflamados da revolução.

A par disso, a «Meia Desfeita» publicitava acontecimentos como corridas de touros ou *raids* hípicas, dando visibilidade a redes de sociabilidades desde sempre conotadas com a direita tradicionalista, marialva e ultramontana, ou mostrava os exclusivos bailes de debutantes no Clube Portuense.⁴ Para o público feminino, e não só, a rubrica «Meia Desfeita» era um dos principais atractivos do novo periódico, a ponto de, seguindo uma ideia de Marcelo Rebelo de Sousa, Victor Cunha Rego e José Miguel Júdice, se ter transformado mais tarde numa revista autónoma, a cores, vendida com o próprio jornal: a *Olá!*, tentativa óbvia, porventura demasiado óbvia, de mimetização da sua congénere espanhola, a *¡Hola!*.

Numa altura de algum declínio, muitos leitores compravam o jornal por causa da revista *Olá!*, e não o contrário. Na sua fase de agonia, que terminaria com o encerramento em 2009, o *Semanário* veio a ser comprado por uma personalidade hoje relativamente esquecida, Rui Teixeira Santos, um *yuppie* meteórico que se notabilizou à época pela aquisição dos armazéns Braz & Braz.

Concentra-se o olhar neste aspecto mundano do jornal, não por um desejo de originalidade ou para fazer uma deambulação nostálgica por curiosidades esquecidas dos anos 80⁵, mas por se julgar que, na verdade, se não cairmos em exageros, a revista *Olá!*, pelo que significou historicamente, tem inegável relevo cultural, sociológico e até ideológico.

Sempre existiram revistas sociais em Portugal e, desde 1976, Jacques Rodrigues publicava com grande êxito a *Nova Gente*. Porém, a *Nova Gente* falava de actores da moda, muitos deles vindos do teatro de revista, de cantores populares e futebolistas, mas não tinha, talvez até deliberadamente, qualquer *glamour*. Na linha do que sempre seria a marca do Grupo Impala, era uma revista de grande tiragem vocacionada para as classes média e média-baixa, tendo chegado aos 150 000 exemplares em finais dos anos 80.

No entanto, o facto de um jornal como o *Semanário*, que veiculava um projecto claramente de direita ou de centro-direita, protagonizado pelos principais ou mais influentes intelectuais da *direita possível* da altura, que davam a cara em *outdoors*, conter uma rubrica com eventos sociais das classes altas era uma novidade cujo efeito não se deve sobrealorizar, mas que merece ser realçado. Na verdade, o *habitus*, para usar um conhecido conceito que Bourdieu desenvolveu em várias obras, como *La Distinction* (1979), havia sido bruscamente interrompido quando as elites do salazarismo e do marcelismo debandaram para o Brasil ou para Espanha. Numa altura em que a estrutura de classes se reconfigurava e necessitava de alguma pavimentação simbólica, havia que renovar a exposição dos mecanismos de desigualdade social, exibindo o «sistema de disposições reguladas» que fundam o *habitus*. Ora, a «Meia Desfeita» e a *Olá!* serviram esse propósito na perfeição, e o seu sucesso mostrou que, além da exposição pública da desigualdade pelos emissores dessa mensagem, existia, por parte dos seus receptores ou destinatários, um público que aceitava a existência de um esquema de diferenciação de classes ou de *status*, que convivia bem com ele e que pretendia até observar e

acompanhar os movimentos dos seus actores. A criação de uma esfera social, de que o *Semanário* fazia eco, era indício da recomposição da estrutura de classes no início da década de 1980, realizada naturalmente à base de uma mescla, nem sempre fácil, entre velhas e novas elites, que convergiam em eventos e negócios mas raramente se cruzavam em termos, por assim dizer, endogâmicos ou familiares.

Não se pretende, obviamente, exagerar a importância de uma coluna social de um semanário, até porque outros exemplos se poderiam fornecer, como a campanha presidencial de Diogo Freitas do Amaral em 1986, com alguns traços distintivos de cariz classista. Popularizou a moda dos sobretudo verdes de *loden*, de inspiração austríaca (o candidato envergava um), e foi uma campanha à americana, de grande espectacularidade, com chapéus de palhinha feitos... de plástico. Contudo, mesmo no plano das publicações, poderíamos igualmente falar, até porque também tinha uma coluna social para consumo das elites, com amplas reportagens das recepções nas embaixadas e noutros lugares selectos, da revista *Casa e Jardim*, fundada em 1977 por Eduardo Fortunato de Almeida⁶, e que ostentava o mesmo nome de uma revista brasileira, a qual, por sua vez, mimetizava uma famosa publicação norte-americana, a *House and Garden*, que remonta a 1901. Contudo, a *Casa e Jardim* era uma publicação de decoração de interiores, não ideológica, que se esgotava no seu próprio objecto, enquanto a coluna «Meia Desfeita» e a revista *Olá!* estavam umbilicalmente associadas a um projecto jornalístico/político que procurava ser uma alternativa ao *Expresso* e, mais ainda, uma alternativa que era assumidamente situada à direita do *Expresso*⁷. De algum modo, tratava-se de um sinal, um sinal muitíssimo expressivo, de que, na ressaca do 25 de Abril, os ricos «saíam do armário», faziam aos poucos o seu *outing* e deixaram de ter vergonha de ser ricos — uma tendência que se irá aprofundar de forma algo feérica e exuberante no período do chamado cavaquismo.

2. O neoconservadorismo do gosto

Ao mesmo tempo, começou a emergir um fenómeno que ainda hoje existe e que, à falta de melhor, se poderia chamar

neoconservadorismo do gosto ou neoconservadorismo do imaginário, um movimento estético, imagético e social, mas que remetia para um universo de representações de indiscutível sentido ideológico.

Na lógica de recomposição das elites no pós-25 de Abril ou, mais precisamente, nos alvares dos anos 80, havia que reafirmar (em termos weberianos, dir-se-ia) o valor do *status*, por oposição à noção de classe. Para usar um conceito de Thorstein Veblen, a emulação, a luta, fazia-se não em torno do material mas do imaterial. Isto deve-se a uma série de razões, entre as quais se pode apontar o facto de as velhas elites, de pauperadas pela revolução, não poderem agora competir no terreno do consumismo conspícuo, outro conceito de Veblen, e de o consumo de luxo não estar ainda difundido entre nós com a dimensão que hoje tem.

Em suma, a recomposição da estrutura de classes, que se irá aprofundar com o crescimento económico verificado no tempo dos governos de Cavaco Silva, implicava uma revalorização do capital social imaterial por parte dos que não dispunham de capital material, ou não dispunham dele na mesma medida dos emergentes, para usar uma expressão coloquial do Brasil, ou dos *status seekers*, se preferirmos a terminologia de Vance Packard. Foi neste contexto que se desenvolveu o neoconservadorismo do gosto: é estético e simbólico, mas tem indiscutíveis conotações ideológicas no que respeita a representações e valores que são sustentados de uma forma aberta, assumida e até, por assim dizer, militante.

Em termos muito simplificados: à arquitectura provocatória de Tomás Taveira, um absoluto *self-made man* que se orgulhava das suas origens no popular bairro do Alto do Pina e exibia o seu *Rolls-Royce* pelas avenidas de Lisboa, pontificando no Bananas e sendo o expoente mais triunfalista e barroco das novas vias de ascensão social, haveria que opor, por exemplo, os solares e as casas de família que eram entretanto recuperados graças a fundos vocacionados para o denominado turismo de habitação.⁸ No entanto, mesmo uma personalidade amante da controvérsia como Tomás Taveira via-se na contingência de explicar, em entrevistas, que a sua arquitectura correspondia, de uma forma pós-moderna muito peculiar, a uma reinvenção da tradição, ao convocar arquétipos ancestrais da portugalidade: o edifício-sede do Banco Nacional Ultramarino (1989) a representar a guitarra portuguesa ou as Torres das Amoreiras (1985) a assumirem a forma de elmos de guerreiros medievais, evocando

castelos de reis e princesas. Trata-se de um discurso que é justificativo e, claro, também ele provocatório, mas que arquitectos como Álvaro Siza Vieira, Nuno Teotónio Pereira ou Eduardo Souto de Moura nunca seriam obrigados a usar.⁹

É neste movimento que se inscreve também, por exemplo, um renascer da valorização social da aristocracia, visível, por exemplo, no facto de o *Anuário da Nobreza* retomar a sua publicação em 1985. A par disso, assiste-se ao aprofundamento de uma noção de exclusivismo do imaterial, construída em torno de tópicos como a posse de propriedades de família, o gosto herdado mais do que aprendido, a educação de berço, a pertença a uma linhagem não transaccionável. Até a onomástica começou a sofrer este influxo neoconservador, com o retomar de nomes tradicionais portugueses, simples e lhanos, ou o recurso a outros com uma ressonância deliberadamente antiga, como Martim, Salvador, Constança, Tomás, Lourenço, Sebastião, Piedade.¹⁰ Quanto aos apelidos, manteve-se o provincianismo: um apelido estrangeiro, por mais vulgar que seja (por exemplo, Smith), dá sempre um toque de distinção e *glamour*.

Até por efeito mimético, estas tendências foram sendo transmitidas para a esfera pública, com uma reconstrução das redes de sociabilidades em torno de clubes, de bailes de debutantes, de irmandades, de confrarias religiosas, de associações que se formam mais ou menos na altura, como a Associação Portuguesa de Casas Antigas (1978) ou a Turihab (1983), para fins comerciais de exploração do turismo de habitação, a par da marca social que foi conferida a iniciativas como as procissões em Lisboa ou as festividades em Ponte de Lima (as Feiras Novas), em São Martinho do Porto (o Baile da Chita), na Golegã (a Feira da Golegã) ou em Évora.

O emergir desta tendência foi mais do que uma moda fugaz, como o demonstra o seu enraizamento até aos dias de hoje, e cruza-se actualmente com fenómenos de alguns contornos nacionalistas, tais como a propagação do artesanato urbano com motivos portugueses ou a releitura da simbologia lusitana feita por Joana Vasconcelos. E até Paula Rego vai ao ponto de afirmar, em entrevista recente, que «todo o trabalho que eu faço é de alguma maneira português»¹¹.

De resto, a nostalgia como indústria¹², que percorre vários segmentos e campos, corresponde a um fenómeno muito visível na cultura

popular de massas, particularmente na cultura musical, em constante retromania, para usar uma expressão de Simon Reynolds¹³. Talvez seja necessário distinguir, como é evidente, vários tipos de revivalismo e compreender que cada um detém um sentido específico; não pode sobrepor-se a tentativa de recuperação ou reinvenção da tradição aristocrática e conservadora com a retromania da música *pop* (presente entre nós, por exemplo, na programação da Rádio Nostalgia, fundada no Porto em 1993, tendo por lema «Bons tempos, grandes canções»). De igual modo, é necessário entender que existem diversos ciclos e ritmos distintos na revisitação do passado, pelo que não deve confundir-se, por exemplo, a actual vaga de redescoberta — académica e popular — do período do Estado Novo com o ideário de uma direita nacionalista que foi — e ainda é — ultraminoritária.¹⁴

No Portugal dos anos 80, o revivalismo tinha um significado político intenso, já que surgia na sequência de uma ruptura, ou mais precisamente de uma ruptura revolucionária. Em face dela, qualquer redescoberta do passado era, por natureza, contra-revolucionária e, nessa medida, tinha um sentido ideológico tão definido quanto profundo.

Tal revivalismo confluiu com outros fenómenos, os quais não eram necessariamente convergentes mas que, ao trilharem caminhos paralelos, partilhavam algumas afinidades electivas. Bastarão dois ou três exemplos. Desde logo, o surgimento, na cena musical, de bandas como os Heróis do Mar (1981), tendo por vocalista Rui Pregal da Cunha, onde se encontram personalidades como Pedro Ayres Magalhães ou Carlos Maria Trindade, que em 1987 fundam o projecto Madredeus; ou os Sétima Legião (1982), onde avultava Rodrigo Leão — que, mais tarde, estará também nos Madredeus¹⁵ — e cujas músicas tinham letra de Francisco Ribeiro de Menezes (integrava as vozes do coro e enveredou pela carreira diplomática, tendo exercido funções como chefe de gabinete do primeiro-ministro Pedro Passos Coelho¹⁶). Relativamente aos Heróis do Mar, devido à iconografia de que se rodeavam, chegou a surgir na altura a suspeita, ou até a acusação velada, de que se tratava de um grupo nacionalista de vanguarda, ligado à extrema-direita. Os Sétima Legião foram menos questionados quanto a esse ponto, mas, em qualquer caso, eram bandas que se inseriam de forma clara numa linha anos 80, que, na esteira de um movimento de *rock* português

inaugurado precisamente em 1980 por Rui Veloso e Carlos Tê com o álbum *Ar de Rock*, rompe por completo com os baladeiros e cantautores dos anos 60 e do imediato pós-25 de Abril.

3. MEC, o fenómeno

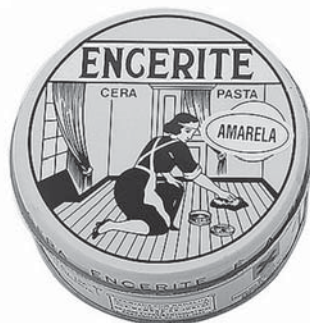
O emergir da cultura de direita portuguesa nos anos 80 foi protagonizado, antes de todos os outros, por Miguel Esteves Cardoso, também conhecido apenas pelas iniciais do seu nome, MEC. Personalidade que nasceu a partir do meio da crítica musical¹⁷, a sua notoriedade deveu-se ao seu talento ímpar, evidentemente, mas também ao facto de tirar partido do bilinguismo e da proximidade ao Reino Unido para, nas suas crónicas no jornal *Se7e*¹⁸, n' *O Jornal* ou na *Música & Som*, depois reunidas no livro *Escrítica Pop* (1982), dar conta das bandas que se afirmavam no panorama britânico, designadamente as que se editavam com a chancela Factory e se inscreviam na *new wave* pós-punk: Joy Division, New Order, The Durutti Column, etc. Era informação que, numa altura em que não existia Internet, os jovens buscavam com avidez, uma demanda transversal a ideologias ou famílias políticas.

Em 1982, Miguel Esteves Cardoso criou, com Pedro Ayres Magalhães, Ricardo Camacho e Francisco Sande e Castro, entre outros, a Fundação Atlântica (Companhia de Discos de Portugal), a primeira editora portuguesa independente, que produziu discos de Anamar (*Baile Final/Lágrimas*, 1983), dos Sétima Legião (*Glória/Partida*, 1983; *A Um Deus Desconhecido*, 1984), ou de um grupo então desconhecido, os Delfins (*O Vento Mudou*, 1984; *A Casa da Praia*, 1985), bem como o álbum *Amigos em Portugal* (1983), dos Durutti Column. O nome Fundação Atlântica é significativo, como é significativo que Miguel Esteves Cardoso se apresentasse ao mundo com adereços *rétro*: um emblemático *papillon* ao pescoço e um *Volkswagen* carocha preto. Tendo estudado a saudade, o sebastianismo e o Integralismo Lusitano¹⁹, afirmando-se monárquico (o que era totalmente desconcertante para os padrões da época), alimentava polémicas com nomes consagrados, como Fernando Namora ou Eduardo Prado Coelho. E, mais decisivamente, tornou-se autor de culto devido às crónicas semanais que publicava no *Expresso*. Estas seriam

reunidas em livro em 1986, com o nome *A Causa das Coisas*, objecto de várias edições e ainda hoje uma obra de enorme sucesso.²⁰ No ano seguinte, em 1987, Esteves Cardoso será candidato independente pelo Partido Popular Monárquico (PPM) às eleições para o Parlamento Europeu, numa campanha com uma forte marca antieuropeísta e que surpreendia pela sua inventividade e frescura moderadamente subversivas, seduzindo certas franjas intelectuais urbanas e jovens; nos tempos de antena da campanha, surgiam Pedro Ayres Magalhães e, note-se, Paulo Portas, o antigo repórter do *Semanário* com quem dois anos mais tarde Miguel Esteves Cardoso fundará *O Independente* (tendo, logo nessa altura, sido combinado que Portas ficaria como n.º 2 para mais tarde passar a director, quando MEC sáisse, como saiu, para criar a revista *Kapa*²¹).

Recordemos que as originalíssimas crónicas de MEC, transformadas em leitura de culto numa época em que não existia Internet nem muitos meios de entretenimento intelectual *light*, eram acompanhadas semanalmente da reprodução de um anúncio antigo a um produto comercial do quotidiano do Estado Novo, numa reapropriação que explorava o *non-sense*, é certo, mas também alguma nostalgia e um certo revivalismo. Só por essa via, a do humor suave e cândido, ainda que por vezes mortífero, de Miguel Esteves Cardoso, poderia recuperar-se essa imagética salazarista sem suscitar o clamor indignado de uma certa esquerda, que, de tão reactiva, com o tempo se arriscava a tornar-se reaccionária. Mas o facto é que a pasta medicinal *Couto* ou a cera *Encerite*, que mostrava uma criada fardada, de avental e crista, a encerar um soalho de joelhos — e a *Encerite* só tinha interesse, humor e graça se mantivesse essa imagem —, puderam aparecer e ser toleradas devido a um dispositivo braudillardiano de simulacro, que envolve o *kitsch* e o humor ou, talvez melhor, devido a uma reelaboração da sensibilidade *camp*, tal como caracterizada por Susan Sontag nos idos anos 60.

Nos alvares da década de 1980, tudo isto coincidiu com aquilo a que poderemos designar como neo-romantismo ou neoconservadorismo, o qual converge com a redescoberta e a hipervalorização do rural, dos solares e das casas de família, da arquitectura com materiais naturais.



Mais tarde leva a uma recuperação, de gosto duvidoso, do estilo português suave²² em muitos condomínios privados intitulados villas (com dois ll), de actividades como o hipismo, a caça²³, as touradas, o turismo de habitação, e, nos nossos dias, os lugares de charme. Menciona-se estes aspectos porque uma história cultural da direita portuguesa pode tender a concentrar-se nos exemplos publicamente mais ostensivos, mais extremados, mas decerto mais minoritários, como os desfiles de cariz nacionalista do 1.º de Dezembro liderados por Vera Lagoa ou o ideário de Jaime Nogueira Pinto e dos seus próximos, e desvalorizar correntes que objectivamente foram muito mais influentes e abrangeram segmentos muito amplos da nossa sociedade, alguns deles jamais conotados com a direita.

O revivalismo constitui, aliás, uma tendência que persiste e se aprofunda, sendo comercialmente explorada nos nossos dias por Catarina Portas em quiosques *rétro* e sobretudo na marca *A Vida Portuguesa* (2004), o exemplo mais conhecido e com maior simpatia junto dos *media*²⁴. A irmã de Paulo Portas, mulher assumidamente de esquerda²⁵, inspirou-se na rubrica «A Causa das Coisas» de MEC²⁶, e nas suas lojas encontramos caixas de lápis *Viarco* com rapazes com a farda da Mocidade Portuguesa, a par de reproduções dos cartazes de João Abel Manta em que figura a Aliança Povo/MFA. Há um esvaziamento político dos objectos de consumo mas também, sem dúvida, alguma ideologia neste processo de desideologização.²⁷ Até porque, como reconhece Catarina Portas, «o consumo também pode ser um acto político»²⁸. Curiosamente, objectos com a farda da Mocidade são vendidos a poucos metros da antiga sede da PIDE/DGS, cuja reconversão em condomínio de luxo suscitou a indignação de movimentos como «Não Apaguem a Memória!»²⁹. A isso, Catarina Portas poderia retorquir que é justamente a memória que constitui o seu *core business*, mas não se irá entrar na complexa questão da guerra das memórias. Em todo o caso, trata-se de um sinal, de um sinal muitíssimo interessante, a circunstância de, na mesma loja, se venderem produtos que eram usados pelas criadas de servir do Estado Novo e cartazes da aliança Povo/MFA; como, aliás, é interessante a retórica de consumo do tradicional e do português que lhe é subjacente — e que está a ser induzida por outras formas, todas acusando a marca de uma certa revivescência nacionalista.

4. O *Independente* e a revista *Kapa*

A revista *Kapa* foi fundada em 1990 com capitais da Valentim de Carvalho e da Soci do advogado Luís Nobre Guedes, personalidade próxima de Paulo Portas.³⁰ A *Kapa*, onde MEC teve um papel preponderante (a revista era o seu sonho desde a fundação d'O *Independente*), dava à estampa inúmeros artigos de cunho revivalista (por exemplo, no domínio da arquitectura, assinados por um purista absoluto, Alberto Castro Nunes), tinha um grafismo e uma imagem *rétro*, publicava um famoso ensaio de Vasco Pulido Valente que revisitava o consulado de Marcello Caetano em tonalidades trágicas.³¹ O título apresentado na capa, porém, não correspondia por inteiro ao sentido do escrito de Pulido Valente. Assim, enquanto o ensaio tinha por subtítulo, sintomaticamente, «As desventuras da razão», a capa da revista ostentava os dizeres «Marcello, o Maior». Por sua vez, o n.º 1 da *Kapa* exibia no rosto uma fotografia a preto-e-branco de rapazes da Casa do Gaiato, da autoria de Inês Gonçalves, que poderia perfeitamente ter sido captada na década de 1940 ou 1950, e abria, logo nas primeiríssimas páginas, com um retrato do general António de Spínola, acompanhado de uma legenda encomiástica: «Um herói esquecido sempre pelas razões erradas. O 28 de Setembro nada significou na carreira de um homem que queria descolonizar e democratizar pacificamente. Hoje é um símbolo tranquilo de patriotismo, discrição e comedimento.»³² Na página a seguir, a atriz Maria de Medeiros e, logo depois, uma imagem do edifício do Instituto da Vinha e do Vinho, ícone da arquitectura estado-novista. A *Kapa* era inclassificável.

Noutro número, Maria Filomena Mónica atacava violentamente Aníbal Cavaco Silva, personalidade com a qual, quer a direita neoconservadora tradicional, quer sobretudo a direita e a esquerda intelectuais sempre mantiveram uma relação que se resume numa palavra: ódio. Na verdade, Cavaco Silva e a sua entrada fulgurante na vida política portuguesa vinham subverter por completo os dispositivos de regulação do *status* vigentes antes e depois da revolução. Aníbal Cavaco Silva afirmava as suas origens sociais humildes mas, ao mesmo tempo, não era um completo *parvenu*: fora bolsheiro e investigador da Fundação Calouste

Gulbenkian desde 1965, doutorara-se na Universidade de York em 1973, ao mesmo tempo ou até antes do que alguns grandes vultos da *intelligentia* nacional, ainda que, ao contrário destes, nunca tenha convertido esse capital universitário em capital social (em capital político talvez sim, mas em capital social decididamente não). Note-se que em 1970 se doutoraram apenas 61 pessoas em Portugal, incluindo o reconhecimento de doutoramentos feitos no estrangeiro, especialmente no Reino Unido³³, pelo que a detenção daquele título académico era uma credencial não desprezível em meados dos anos 70 e nos anos 80. Além disso, Cavaco Silva era técnico do Banco de Portugal e Sá Carneiro escolhera-o para um lugar tão importante como ministro das Finanças, preterindo diversos gurus da economia, com muito maior projecção mediática.

Portanto, Cavaco Silva era *demasiado distante* das redes de sociabilidades das elites mas, em simultâneo, *suficientemente próximo* delas para causar perturbação e desconforto, pelo que haveria que estabelecer um eficaz *cordon sanitaire* em seu redor. E era essa suficiente proximidade, porque lembrava aos críticos as suas próprias fragilidades (desde logo, no quadro das suas representações mentais, a fragilidade de terem nascido portugueses...³⁴), que suscitava — e suscita — sentimentos tão extremados. A crescer a tudo isto, Cavaco Silva conquistaria duas maiorias absolutas em eleições, um facto inédito na história da nossa democracia. Daí adensar-se a animosidade de uma certa intelectualidade cosmopolita e bem-pensante contra a sua pessoa; o ponto de ataque, como não poderia deixar de ser, centrava-se justamente na sua alegada incultura, na sua falta de mundo, na não-pertença a um universo social e mental que, à esquerda e à direita, muitos foram educados desde o berço a considerar como seu. Assim se justifica a insuportabilidade visceral que despertava em personalidades como Vasco Pulido Valente³⁵ ou Maria Filomena Mónica³⁶, ou na redacção d'*O Independente*, onde, como diz Paulo Portas, «a humildade não era propriamente o género dominante»³⁷. Aníbal Cavaco Silva era um intruso que já estava «cá dentro», o que o tornava particularmente incómodo.

Quando, um pouco mais tarde, Maria Filomena Mónica se referiu a Cavaco Silva como se tendo doutorado numa «instituição que, por ser recente, não tinha prestígio, mas que lhe pareceu adequada aos seus fins»³⁸, é justamente esse dispositivo inigualitário que pretende explorar:

por não poder negar que se doutorara no estrangeiro, no mítico estrangeiro, há que encontrar *nuances* que apoiem a sua desvalorização que, mais do intelectual, é social.³⁹ Logo, sobre Cavaco Silva, encontramos declarações convergentes, quase literalmente iguais, de personalidades que, à superfície, pouco ou nada têm em comum. Se, nas páginas do *Expresso*, o socialista Nuno Brederode Santos escreveu «foi fácil tirar o homem de Boliqueime, mas agora ninguém consegue tirar Boliqueime do homem», o mesmo registo de classe seria empregado pelo *socialite* José Castelo Branco: «pode-se tirar o homem da província, mas não a província do homem»⁴⁰.

É revelador que, nas páginas d’*O Independente*, Paulo Portas tenha acentuado o «indisfarçável arrivismo» de Maria Cavaco Silva, recomendando-lhe «volte a ser discreta» e classificando-a de «PMI (Pequena e Média Intelectual)». Sem poder negar por inteiro o estatuto de intelectual à mulher do então primeiro-ministro, Paulo Portas, que sempre assumiu o apreço pelo requinte e pelo luxo⁴¹, procurava depreciá-la no plano social e estético, falando, evidentemente, do seu «mau gosto poético». Quanto ao marido, era considerado «ambicioso», «paroquial», «ordinário» e «um homem de esquerda» que «não gosta da direita». Em contrapartida, Freitas do Amaral era descrito por Paulo Portas como «um senhor» e «um homem de bem»⁴². Portas, aliás, não hesitava em adoptar um registo de clara segregação social; atacava, a propósito dos governos de Cavaco Silva, «o bando possidónio que tomou conta da cidade, sem respeito nem continência, e que vê na política uma espécie de promoção social». O cavaquismo, para Paulo Portas, «fez uma revolução na classe dirigente», povoando-a de «homens sem história». Contra um sentimento difundido entre algumas elites da altura — o da exaltação das origens humildes como prova de qualidades pessoais —, Portas insurgia-se com o discurso oposto: «é bem ter nascido mal e vale a pena fazer gala disso. [...] A democracia que temos exhibe o brasão ao contrário. A nova oligarquia é a dos *self-made men*, criaturas que se acham mais capazes e de maior direito». Aludia mesmo a «um ódio de classe e a uma psicopatia de má inserção social», e não hesitava em criticar-se, como outrora se tinha feito com Carlos Mota Pinto, a forma de vestir de Aníbal Cavaco Silva.

5. Direita tradicional vs. direita pós-moderna

Na direita urbana e sofisticada que despontou em meados de 1980, há uma ruptura declarada com a direita tradicional, salazarista — e até anti-marcelista⁴³ —, nacionalista, católica, mas também com a chamada nova direita, que surgira um pouco antes pela mão de nomes como Jaime Nogueira Pinto, António Marques Bessa, José Adelino Maltez, Miguel Freitas da Costa, Nuno Rogeiro e Eurico de Barros, cada um naturalmente com o seu percurso e características singulares. A revista *Kapa*, na verdade, nada tem que ver com a *Futuro Presente*, fundada em 1980 por Jaime Nogueira Pinto, José Miguel Júdice e António Marques Bessa, entre outros; esta tem um conteúdo político-ideológico mais marcado e militante, ainda que faça incursões culturalistas por domínios caros àquela corrente da direita nacionalista, tais como a ficção científica, a sociobiologia, a banda desenhada e até a chamada filosofia portuguesa⁴⁴. Mas, paradoxalmente, ou talvez não, acabou por ser muito maior a influência cultural e ideológica de uma não esquerda assumidamente *aggiornata* — preocupação que não existia na *Futuro Presente*, como não existia n’*O Diabo*, de Vera Lagoa, ou n’*O Dia*, de Silva Resende.

Num ensaio publicado em 1987, Jaime Nogueira Pinto pressentia já que a ideologia e a estratégia dominantes na direita eram possibilistas, e não poderiam ser mais do que isso, mas entreviu na adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) um espaço de afirmação possível desta corrente ideológica. O nacionalismo português, segundo ele, poderia assentar na «questão da conservação da identidade nacional no contexto das Comunidades Europeias». Efectivamente, será esse o tópico que servirá de *leitmotiv* à candidatura de Miguel Esteves Cardoso ao Parlamento Europeu (e a diversos artigos de Paulo Portas nas páginas d’*O Independente*), sendo a direita tradicional, uma vez mais, relegada para segundo plano. Outro eixo em que Nogueira Pinto via alguma possibilidade de combate ao «esquerdismo dominante» era, como sempre, África. Segundo ele, tratava-se de uma questão tão ou mais importante quanto, a partir de meados da década de 1980, os «governos marxistas de Angola e Moçambique» estavam a constituir um «lóbi de interesses em Lisboa, apoiado em círculos de negócios e

no próprio PSD»⁴⁵. Tudo indicia que o seu projecto político não logrou o objectivo de vencer os lóbis angolanos e moçambicanos. Pelo contrário: o apoio à UNITA, proclamado nesse texto como a solução mais consonante com a crítica à descolonização, esfumar-se-á com a morte do seu líder histórico, Jonas Savimbi. Já o «fenómeno cavaquista» (*sic*) emergia do facto de Cavaco Silva adoptar um discurso nacional e populista, tendo Freitas do Amaral e, depois, Adriano Moreira, sido incapazes de contestarem o domínio daquele economista pragmático. Na perspectiva de Jaime Nogueira Pinto, Freitas do Amaral seria um representante da «direita orleanista»: parlamentar, liberal, gradualista e consensual. Esse espaço político extinguiu-se com o advento do cavaquismo, que o absorvera. Ainda assim, existia em alguns sectores e personalidades (*v. g.*, Paulo Portas, Pedro Santana Lopes) uma persistente nostalgia pelo legado de Sá Carneiro, ele sim considerado o representante do espírito liberal entre nós⁴⁶.

A direita urbana dos anos 80 percebeu que se encontraria condenada se estivesse ligada à direita ultramontana e tradicionalista, nostálgica do salazarismo. Falava de nação, de pátria, de tradição, participava em 1992 na campanha contra o Tratado de Maastricht, mas estava muito mais próxima de alguma esquerda, até nas sociabilidades que construía — por exemplo, em bares míticos como o Frágil, inaugurado em 1982⁴⁷ —, do que da direita mais antiga, que cultivava pontes com alguns meios castrenses ou serviços de informações, ou mesmo de uma direita que, quando queria ser moderna, tinha um *corpus* de referências completamente distinto: a banda desenhada de Corto Maltese, as obras de ficção científica de Phillip K. Dick, as distopias pós-apocalípticas de Frank Herbert ou a música de inspiração céltica.

De alguma forma, naquela direita urbana e sofisticada pode ter havido como que um prenúncio da formação de uma espécie de bloco de direita, em confronto com o que mais tarde será o Bloco de Esquerda (BE) (Francisco Louçã terá afirmado, o que é sintomático, que *O Independente* era o «*Correio da Manhã* dos intelectuais»). Não se pretende afirmar, obviamente, que esteve em gestação um projecto partidário, pois isso nunca existiu, ainda que *O Independente* tivesse trilhado um caminho político e o seu director acabasse por entrar na política activa e assumisse mesmo funções governativas ao mais alto nível. Por «bloco de direita» procura referir-se, de forma difusa e

impressionista, uma abordagem iconoclasta, narcísica, com um sentido de superioridade intelectual, urbana, relativista nos costumes, liberal na economia, conservadora em política, diletante, hedonista, cosmopolita, terrivelmente snobe. «Éramos libertários na estética e conservadores na substância», diz Paulo Portas, procurando explicar as óbvias contradições do projecto ideológico subjacente ao jornal que fundou.⁴⁸ De facto, esta era uma direita *attrape-tout*, uma irreverência sem margens com uma capacidade notável de absorver e largar tudo, sem distinções ou sectarismos, mas também sem dúvidas existenciais ou preocupações de coerência. Por vezes, encontravam-se heróis, poucos, raros como tesouros. A dado passo, já no final da vida, Agostinho da Silva é subitamente descoberto e converte-se numa figura nacional, com a sua imagem de místico ou profeta, o seu percurso de vida singular, a imagem iconoclasta do homem de espírito franciscano que sonhava com um Quinto Império e que nem sequer tinha bilhete de identidade. O fascínio que exerceu durou praticamente até à sua morte e foi, de certo modo, transversal a muitos credos políticos.⁴⁹

Existe assim uma convergência, menos epidérmica do que parece, entre o movimento que levou à criação de uma cultura de direita urbana e uma tendência social para valorizar o autêntico, o antigo, o nacional. É essa direita — e só poderia ser ela a fazê-lo — que, no fundo, realiza a síntese entre duas realidades à primeira vista contraditórias: vanguardismo cosmopolita e saudosismo nacionalista. Desde logo, porque conquistara espaço público para este empreendimento, através da abertura de circuitos próprios e redes de sociabilidades muito amplas e eficazes. Na *movida* portuguesa dos anos 80, essa direita urbana e sofisticada convivia com a esquerda na moda, na noite, no hedonismo e numa visão libertária em matéria de costumes. De certa forma, era uma «direita que era de esquerda», e isso foi um contributo muitíssimo importante para combater algo extremamente enraizado entre nós: a estanquicidade da divisória esquerda/direita, o esquema dicotómico e maniqueísta que, no final, dava sempre prevalência à esquerda. Agora, com este *approach* desconcertante, MEC e outros vinham reequilibrar a agenda cultural e, sobretudo, mostrar, pela primeira vez desde há muitos anos, que se podia ser culto não sendo de esquerda, e vice-versa. Na sua abordagem desarmante, esta direita — ou, talvez melhor, esta não esquerda — foi a primeira corrente no pós-25 de Abril a questionar, com popularidade⁵⁰, a hegemonia cultural da esquerda,

ao mostrar que se podia ser *fashion* e culto sendo de direita ou, pelo menos, *não sendo de esquerda*.

Julgando-se independente⁵¹, uma independência que se exibia através de sucessivas manchetes contra os poderes instituídos — dos ministros de Cavaco Silva ao governador de Macau nomeado pelo presidente Soares, passando pela UGT de Torres Couto⁵² —, a direita urbana dos anos 80, aparentemente contestatária do *establishment* assente no duopólio Partido Socialista (PS)/Partido Social-Democrata (PSD) e no seu *rotativismo da mediocridade*, acabou, de certo modo, por servir o sistema. À semelhança do que ocorre com a novíssima direita dos blogues, de que se falará a seguir, é possível que esta direita urbana tenha desempenhado, em alguma medida, o papel de idiota útil, semelhante ao dos *compagnons de route* que, nos anos 30, enaltecera as maravilhas da União Soviética e a bondade de carácter de Estaline. Sem dúvida, a direita anos 80/90 causou danos quando passou para a esfera política — ou político-judicial — da denúncia de casos nas manchetes d'*O Independente*⁵³, mas, no estrito âmbito cultural, serviu naquelas décadas para mostrar que em Portugal também havia uma modernização, uma *movida* festiva — e isso era útil ao poder instituído, como é óbvio. O *Homo cavaquensis*, para usar uma expressão de Vasco Pulido Valente⁵⁴, não era apenas o que apoiava e votava no PSD, mas todos aqueles que, directa ou indirectamente, beneficiaram do melhor período de crescimento económico de toda a história da democracia portuguesa, com taxas entre 5 % a 8 % entre 1986 e 1990⁵⁵. E que, entre as elites, celebravam esse afluxo de riqueza em festas no Bananas ou no Frágil. Às sextas-feiras, claro, divertiam-se com *O Independente* e a sua irreverência, para regressarem na manhã seguinte ao registo mais sério das páginas do *Expresso*.

Ora, a nova direita, sofisticada e urbana, só pôde emergir graças a esta conjuntura expansionista, ainda que contestasse aquilo que lhe permitia ver a luz do dia: a adesão à CEE, por um lado, e a governação de Cavaco Silva, por outro. *O Independente* e a *Kapa* alimentavam-se da expansão acelerada do consumo, da sofisticação da visualidade, da massificação dos hábitos culturais, da pós-modernidade teorizada em França por Lyotard. Entre nós, a pós-modernidade foi absorvida em versão Eduardo Prado Coelho e Manuel Maria Carrilho, e aplicada na arquitectura de Tomás Taveira e em diversos movimentos artísticos, assumidamente apolíticos ou, pelo menos, já não empenhados na transformação

do mundo e na construção de grandes utopias⁵⁶. Sem o crescimento económico daqueles tempos, sem a adesão à CEE, não teria havido espaço para a afirmação de uma elite que reforçava o seu estatuto de superioridade devido à informação privilegiada que detinha pelos seus canais próprios de acesso ao estrangeiro. Ao saber, primeiro do que os outros, o que se passava *lá fora*, há um *inside trading* cultural no trabalho desta elite, que, informando o povo e cultivando-lhe o gosto, contribuía para um consenso que sedimentou o cavaquismo e favoreceu as suas maiorias absolutas. Assim, neste *trade-off* todos ficavam a ganhar. É curioso recordar, aliás, que uma das Grandes Opções do Plano do governo minoritário de Cavaco Silva foi redigida por Miguel Esteves Cardoso. Uma entrevista que MEC concedeu em 2008 à revista *Ler* faz adivinhar o conteúdo do documento: «A primeira coisa que publiquei na revista do Colégio Inglês foi poesia. Escrevi as Grandes Opções do Plano, a tese de doutoramento, os bilhetes à empregada, cartas de amor.»

Num balanço muito simplista, pode dizer-se que *O Independente*, sobretudo a partir de certa altura, contribuiu de forma decisiva para o desgaste político do cavaquismo, mas também, do mesmo passo, alimentou o espírito lúdico e o imaginário de segmentos muito diferenciados da sociedade — das classes médias e médias-altas até à juventude das mais variadas origens sociais —, impregnando-a de um sentimento difuso de bem-estar, material e imaterial, que foi relevantíssimo para os triunfos políticos do PSD, patentes na obtenção de duas maiorias absolutas monopartidárias no quadro de um sistema eleitoral proporcional.⁵⁷

Indiscutivelmente, o aumento do poder aquisitivo das classes médias foi essencial para as maiorias absolutas de Cavaco Silva, as quais coincidem, não por acaso, com um aumento até então nunca visto dos níveis de bem-estar e dos padrões de consumo. Basta recordar a euforia vivida por ocasião da abertura das grandes superfícies comerciais. A 10 de Dezembro de 1985, na inauguração do primeiro hipermercado português (o Continente, em Matosinhos), as prateleiras ficaram literalmente vazias. Em 1987, o grupo Pão de Açúcar abriu uma grande superfície na Amadora, logo seguido pelo Continente.⁵⁸ Num expressivo sinal dos tempos, o Continente de Matosinhos foi implantado num terreno comprado à diocese do Porto, mostrando que o aumento e a diversificação dos hábitos de consumo iam a par do retrocesso da influência da Igreja na sociedade portuguesa.

Ora, se o bem-estar material se reflectiu nas maiorias absolutas de Cavaco Silva, a mensagem festiva e desregrada d’O *Independente* e, mais vincadamente ainda, da *Kapa* remetiam para uma noção de mudança, de *movida*, que acabou por servir os sucessos eleitorais do PSD.

Noutro contexto, interessa mencionar também a abertura das televisões privadas, fenómeno ocorrido um pouco mais tarde, nos alvares da década de 1990, e que consigo trouxe um sentimento de novidade, pluralismo e diversidade na oferta cultural vocacionada para as massas, além, naturalmente, de novos canais de difusão da publicidade e de padrões comportamentais e estilos de vida. A 6 de Outubro de 1992, a SIC (Sociedade Independente de Comunicação) iniciava as suas emissões e, três anos depois, em Maio de 1995, ultrapassava, pela primeira vez, as audiências do canal público.⁵⁹ Curiosamente — e à semelhança do semanário de Esteves Cardoso e de Paulo Portas —, a SIC ostentava no nome a palavra *independente*, inculcando uma mensagem de distanciamento face ao poder político. Também a TVI, cujas emissões começam a 20 de Fevereiro de 1993, se denominava Televisão *Independente*. O triunfo de audiências da SIC sobre a RTP equivalia, no plano simbólico e não só, a uma vitória da iniciativa privada sobre o sector público. As marcas da novidade e da diversidade contribuíram assim, e de forma decisiva, para fomentar um sentimento difuso e generalizado de bem-estar imaterial, muito importante para o sucesso político de Cavaco Silva, especialmente para a obtenção da sua primeira maioria absoluta. Não houve, em todo o caso, uma relação directa entre a abertura de canais privados e os dois grandes triunfos eleitorais do PSD, já que estes ocorreram antes — em 1987 e em 1991, respectivamente — do início das emissões televisivas da SIC e da TVI.

Neste particular, aliás, existiu um acontecimento que provocou um profundo desgaste na maioria governativa: o chamado buzirão na Ponte 25 de Abril, transmitido em directo, em emissões ininterruptas, pelas televisões privadas, naquele que foi o seu primeiro grande evento jornalístico e também o primeiro grande teste à sua autoproclamada independência. Se é frequente atribuir às manchetes d’O *Independente* um efeito corrosivo sobre a governação social-democrata, importa não descurar este episódio, até pelas repercussões que teve, naturalmente muito mais amplificadas devido ao uso de um canal de comunicação de massas como a televisão. Esta, justamente pelas mesmas razões (ou já devido à escala do impacto das suas mensagens), foi também decisiva no plano da

transformação das mentalidades e dos costumes. Talvez não tanto como causa dessas transformações, mas como eco e amplificador das mesmas; tudo indicia que as grandes mudanças de atitudes e comportamentos começaram a ter lugar um pouco antes das primeiras emissões televisivas privadas, em meados e finais da década de 1980.

É elucidativo que, segundo alguns observadores, tenha sido nessa década que a sexualidade se começou a revelar cada vez mais central na formação e expressão da identidade dos jovens.⁶⁰ A este respeito, há um elemento novo, importantíssimo: a ideia de um *sentido de gratificação pessoal*, muito veiculada pelo jornal *O Independente*, pela *Kapa*, pelos meios culturais em que se moviam os seus protagonistas, em Lisboa, na zona do Bairro Alto. A assimilação desse sentido de gratificação pessoal foi decisiva para que a sociedade portuguesa estivesse apta a receber as privatizações, a economia de mercado, a adesão à CEE, os governos de Cavaco Silva. Se não existisse esse sentido de autonomia e de gratificação pessoal, incutido em cada um, não poderia concluir-se a transição pós-revolucionária. No fundo, não haveria *espaço mental* para que o hedonismo triunfasse em absoluto sobre o colectivismo no universo das representações de muitos cidadãos, nomeadamente os mais jovens.

Como é evidente, isso teve — e ainda tem — consequências que incomodam os mais conservadores, como o aumento exponencial da taxa de divórcio, a hipersexualização da sociedade, o consumismo desenfreado, etc., mas o sentido de gratificação pessoal teve uma relevância determinante na viragem cultural da década de 1980, espelhando, muito provavelmente, um facto decisivo: o recuo da influência da Igreja na conformação das atitudes e das mentalidades.

Esta questão é também relevante porque desvenda, à pequena escala lusitana, uma das contradições culturais do capitalismo de que falava Daniel Bell em *The Cultural Contradictions of Capitalism*, um livro famoso de 1976. Segundo Bell, o capitalismo vive à base de princípios de acção que tendem a destruir a ética protestante que alimenta o seu espírito. Num sentido próximo, ainda que não convergente, emerge também aqui uma tensão que Anthony Giddens, entre outros, detectou no discurso ideológico da direita.⁶¹ Trata-se da ambivalência entre conservadorismo e liberalismo ou, em traço grosso, entre Edmund Burke e Milton Friedman. Como pode a direita ser liberal na economia e conservadora nos costumes, ou vice-versa? A direita festiva dos anos 80 e 90

e, depois dela, a direita dos blogues e das redes sociais não resolvem o problema; adoptam uma atitude de fuga para a frente e, verdadeiramente, não fazem a si próprias estas questões, dilacerantes para a sua coerência — e, pior ainda, para a sua consciência. De facto, é difícil conciliar a proclamação da liberdade de escolha (na actividade profissional, no ensino dos filhos, na vida empresarial) e a preservação de um conjunto de princípios e valores que, à partida, são considerados axiologicamente superiores, enquanto linhas de orientação de padrões comportamentais e de estilos de vida. O fracasso do projecto original da televisão da Igreja, a TVI, espelha bem essa dificuldade de compatibilizar, por um lado, uma lógica agressiva de mercado e de captação de audiências numa sociedade marcada pela ideia de gratificação pessoal e, por outro lado, a salvaguarda de uma constelação de valores alheia — e até adversa — àquela lógica.

Já *O Independente*, em contrapartida, convivia melhor com essa dupla exigência. Sob um grafismo arrojado, inspirado no *Libération*, podia, inclusivamente, adoptar uma retórica nacionalista que, se acaso tivesse sido utilizada por outros protagonistas, com menos redes e pontes à esquerda, seria de imediato apodada de retrógrada, obsoleta, quando não fascista ou reaccionária. O Estatuto Editorial dizia que o jornal tinha «valores», acrescentando: «Para *O Independente* o primeiro valor é Portugal. Será defendido o conceito de Pátria, no sentido mais amplo de unidade essencial de território e cultura.»⁶² Mas, do mesmo passo, definindo-se como «democrata e conservador», dizia tomar «partido por quem tiver razão e não será cúmplice de qualquer abuso de poder». Instaurava, por conseguinte, um projecto que se caracterizava como patriótico e conservador e, em simultâneo, como anti-institucionalista e até libertário. Esse traço iconoclasta é visível em muitíssimos momentos. Por exemplo, uma das crónicas de Miguel Esteves Cardoso, escrita a propósito de uma entrevista televisiva de Cavaco Silva, debruçava-se sobre o «cuspo nos cantos da boca do senhor primeiro-ministro». Uma das edições do «Caderno 3» mostrava Cavaco Silva metamorfoseado de galã de Hollywood e ostentava o título «Na cama com Cavaco». Anunciava-se: «Fita de qualidade. 208.^a semana. Ameaça reposição.» O enredo era assim resumido: «Ele veio de Boliqueime. Ele subiu a pulso. Ele arrastou multidões. Intriga. Sucesso. Sedução.»⁶³

Se, no plano ideológico, *O Independente* parecia seguir uma matriz conservadora e nacionalista, do ponto de vista económico afigurava-se,

em contrapartida, como liberal e favorável à economia de mercado. Um folheto publicitário distribuído com o jornal, nos seus números iniciais, intitulava-se, expressivamente, «A Paixão de Saber Escolher», e o Estatuto Editorial proclamava «o mercado como princípio da vida económica», sendo «preciso devolver à iniciativa privada os direitos que o Estado português lhe nega». Em suma, escrevia-se, «um bom jornal é uma nação a falar consigo mesma [e] *O Independente* quer tomar parte nessa conversa»⁶⁴. Haveria, naturalmente, uma tensão, porventura insanável, entre princípios conflitantes, mas nada disso era relevante em face do seu estilo provocador e iconoclasta, à luz do qual tudo se justificava e tinha razão de ser: «O que nos interessava, afinal, não era o conteúdo mas o estilo, e estilo foi coisa que jamais faltou ao Indy — entre um bom título e a verdade, geralmente sacrificava-se a verdade. Heresia? Qual heresia. Em tempos cinzentos — como aquele e como estes —, a provocação faz tanta falta quanto a verdade e o rigor», escreve João Miguel Tavares⁶⁵. A irreverência do jornal levá-lo-ia, por exemplo, a fazer um inquérito a diversas personalidades públicas, interrogando-as sobre o tipo de roupa interior que usavam (responderam, entre outros, dois nomes que ganhariam notoriedade nos anos vindouros, Pedro Passos Coelho e António José Seguro).

6. Internet, a fractura digital

A tensão entre liberalismo e conservadorismo torna-se mais evidente na geração seguinte da intelectualidade portuguesa de direita, talvez até mais libertária em matéria de costumes do que a sua antecessora. Para o nascimento desta novíssima direita, o factor decisivo foi a Internet, e a velocidade da sua disseminação (Portugal ocupa hoje o 21.º lugar entre os 78 países mais conectados do planeta). A Internet e, sobretudo, a blogosfera e as redes sociais constituíram um ponto de viragem absolutamente radical, cujas proporções dificilmente podem ser exageradas. Doravante, não era preciso um jornal ou uma revista, não era necessário pertencer a uma determinada classe ou conhecer as pessoas certas para publicar crónicas e difundir opinião. Por outro lado, numa fracção de segundos acedia-se agora a informação do exterior que